



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 2.885/2013.**  
**CRATO/CE, 26 DE JUNHO DE 2013.**

**EMENTA:** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual para o exercício de 2014 e adota outras providências.

O Prefeito Municipal do Crato, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São estabelecidos, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e as normas contidas na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Crato – CE, para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

- I - as prioridades e metas fiscais da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - as diretrizes para a execução, avaliação e controle dos orçamentos;
- V - as diretrizes sobre alterações na legislação tributária;
- VI - as diretrizes sobre a Dívida Pública Municipal;
- VII - as diretrizes relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VIII - as diretrizes finais.

**I - DAS PRIORIDADES E METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. Em consonância com a Lei Orgânica do Município de Crato, as metas e as prioridades da administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, estarão consignadas e em consonância com o Plano Plurianual para o período de 2014 – 2017 e observarão eixos estratégicos para o desenvolvimento do Município.

§ 1º. As prioridades e metas a que se refere o caput, integrarão o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014.

CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo João Saraiva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - @gma1 218  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

§ 2º. A execução das ações vinculadas às prioridades e metas a que se refere o caput está condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 3º. Na Lei Orçamentária, os recursos destinados a programas sociais deverão ser alocados, prioritariamente, para atendimento das populações localizadas nas áreas com menor índice de desenvolvimento humano do Município, bem como na periferia da cidade.

Parágrafo único. Para o disposto do caput, consideram-se programas sociais aqueles destinados à melhoria qualitativa e quantitativa das áreas de Educação, Saúde, Saneamento Básico, Segurança, Assistência Social, Habitação, Geração de Emprego e Renda e Suplementação Alimentar.

## **II - DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 4º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2014, compreenderá os orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, e será elaborada de conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, e as normas da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º. Para efeito desta Lei considera-se:

I – PROGRAMA: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – AÇÃO: conjunto de atividades, projetos e/ou operações especiais mensurados em termos financeiros e, sempre que possível, por unidade de medidas físicas que retratam a oferta de bem e/ou serviços;

III – ATIVIDADE: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV – PROJETO: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento de ação do governo;



CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo João Saraiva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3321.9600 - Ramal 218  
88 3321.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

V – OPERAÇÕES ESPECIAIS: despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto nem gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias e suficientes ao cumprimento de seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando, sempre que possíveis valores e metas físicas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização de cada ação.

§ 2º. Cada projeto, atividade e operação especial identificarão a unidade orçamentária, o programa, a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por programas, projetos, atividades ou operações especiais e grupo de natureza de despesa, com indicação, sempre que possível, de suas metas físicas.

Art. 6º. As dotações orçamentárias constantes nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social serão agregadas segundo Unidades Orçamentárias, Funções, Subfunções, Programas e Ações de Governo.

Parágrafo único. As unidades Orçamentárias serão agrupadas em órgãos, sendo estes os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a discriminação da despesa, quanto à sua Natureza, far-se-á por Categoria Econômica, Esfera Orçamentária, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação e a Fonte de Recursos.

Art. 8º. O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade, a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênio, após a satisfação das seguintes exigências:

I - sejam entidades de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II - estejam em regular funcionamento, inclusive com a indicação da regularidade da última diretoria constituída, comprovados mediante a apresentação da declaração firmada no exercício de 2014, por autoridade judicial ou por membro do Ministério Público;

CNPJ 07.587.973/0001-07  
CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo João Saraciva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 218  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

III - submetam-se à fiscalização da Secretaria da Ação Social e dos órgãos próprios de controle interno do Município.

Art. 9º. A administração pública poderá destinar recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoa jurídica, por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, nos termos do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e serão assim classificados:

I - Contribuições – dotações destinadas a atender despesas as quais não corresponda contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, bem como as destinadas a atender outras entidades de direito privado;

II - Subvenções Sociais – dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos de caráter educacional, cultural, esportiva ou assistencial, inclusive as de assistência à saúde;

III - Auxílios – dotações destinadas a atender despesas de investimentos e inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 1º. A inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária Anual, de recursos na forma estabelecida neste artigo, além de autorização por lei específica, fica condicionada que sua aplicação concorra para atender as diretrizes e programas de governo, bem como a prestação de contas do Município, nos termos da legislação financeira pertinente.

§ 2º. Para habilitar-se ao recebimento dos recursos referidos neste artigo, a pessoa jurídica, além do cumprimento das exigências legais, deve apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2014.

§ 3º. O recurso público com destinação à pessoa física, reconhecidamente considerada como carente e de baixa renda na forma da Lei, pode corresponder tanto à moeda em espécie como a bens materiais, para atender necessidades proeminentes nas áreas de saúde, educação, transporte e de moradia, quando não possível o atendimento por programas de governo.

### **III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL**

Art. 10. No Projeto de Lei do Orçamento Anual abrangerá os orçamentos, fiscal e da seguridade social, referentes aos órgãos, entidades e fundos dos poderes do Município.

CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo João Saraiva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3321.9600 - Ramal 218  
88 3321.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

Art. 11. As Propostas Orçamentárias da Câmara Municipal e dos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Poder Executivo deverão ser elaboradas e encaminhadas na forma e conteúdo estabelecidos neste Projeto de Lei e em consonância com as disposições sobre a matéria contida nas Constituições Federal, Estadual e da Lei Orgânica do Município até o dia 15 de agosto, para fins de ajustamento e consolidação, pela Secretaria de Finanças, de acordo com o disposto no artigo 31 da Lei Federal nº. 4.320 de 1964.

Art. 12. No Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2014, as receitas e despesas serão orçadas a preços correntes de julho de 2013.

Art. 13. Os valores da receita e da despesa apresentados no Projeto de Lei do Orçamento Anual, poderão ser atualizados na Lei Orçamentária, para preços de dezembro de 2013, pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), no período compreendido entre os meses de agosto e dezembro de 2013.

Parágrafo único. Os valores atualizados na forma do artigo anterior poderão ser corrigidos durante a execução orçamentária, de acordo com a variação percentual positiva verificada entre as receitas ordinárias previstas e as efetivamente arrecadadas.

Art. 14. O Projeto de Lei do Orçamento Anual conterà dotação sob a denominação de Reserva de Contingência, em montante equivalente a, até 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 15. O Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2014 conterà dispositivos para adaptar as receitas e as despesas aos efeitos econômicos de:

- I - alterações na estrutura organizacional ou na competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos dos Poderes do Município;
- II - realização de receitas não previstas;
- III - realização inferior, ou não realização, de receitas previstas;
- IV - catástrofes de abrangência limitada;

CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saratava s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 218  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
gprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

V - alterações conjunturais da economia nacional, estadual ou municipal, inclusive as decorrentes de mudança de legislação.

Art. 16. O Projeto de Lei do Orçamento Anual poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, até os limites previstos em Lei.

Art. 17. Não poderão ser fixadas despesas em desacordo com os ditames deste Projeto de Lei e sem que estejam definidas as fontes de recursos correspondentes.

§ 1º. O Valor da Despesa de Custeio e de Investimentos dos Órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Município de Crato - CE.

§ 2º. A alocação dos créditos orçamentários da LOA - 2014, deverá ser feita diretamente à Unidade Orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, e aquelas que são destinadas ao PREVIDENCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE CRATO - PREVICRATO, a título de Contribuições Previdenciárias, tanto do Servidor (segurado) quanto ao Empregador (patronal).

Art. 18. As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública Municipal deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

Art. 19. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, abrangendo, entre outros, os recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, entidades e fundos que, por sua natureza, devam integrar o orçamento de que trata esta seção.

Art. 20. O Orçamento da Seguridade Social discriminará os recursos do Município e as transferências de recursos do Estado e da União pela execução descentralizada das ações de saúde.

Art. 21. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2014 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da

CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo João Saraiva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3321.9600 - Ramal 218  
88 3321.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
gprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levará em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo I, considerando, ainda, os riscos fiscais demonstrados no Anexo II desta lei.

**IV - DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DO ORÇAMENTO**

Art. 22. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2014, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 24. A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, designando os respectivos responsáveis, como também da correspondente Portaria de nomeação para Ordenar Despesas.

Parágrafo único. Até ulterior deliberação, os registros contábeis e financeiros ficam respectivamente, centralizados na Tesouraria Geral e no Departamento de Contabilidade e Finanças do Município, também compreendidos os alusivos aos Fundos nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, Saneamento, FMDCA, Iluminação Pública, Ambiental, Esportivo, Trânsito e Cultura.

Art. 25. São vedados quaisquer procedimentos pelos Ordenadores de Despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art. 26. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais, que vierem a ser autorizado, processarão o empenhamento da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos e categoria econômica da despesa, fonte de recursos, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

CNPJ 07.587.973/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraciva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 218  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

Art. 27. Todas as Receitas e Despesas realizadas pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, inclusive as receitas próprias, serão devidamente classificadas e contabilizadas na Secretaria de Finanças do Município no mês em que ocorrerem os respectivos ingressos, no que se refere às Receitas, e, para as despesas, a competente licitação, se for o caso, o Empenhamento ou comprometimento da Despesa, sua liquidação e seu pagamento.

**V - DAS DIRETRIZES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 28. A Lei Orçamentária Anual de 2014, poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 29. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 30. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art.31, § 1º, II da LRF).

Art. 31. A lei orçamentária de 2014 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

**VI - DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 32. O Poder Executivo considerará na estimativa da receita orçamentária as medidas que venham a ser adotada para a expansão da arrecadação tributária

CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saravina s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3321.9600 - Ramal 218  
88 3321.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com





**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

municipal bem como modificações constitucionais da legislação tributária municipal, estadual e nacional.

§ 1º. A justificativa ou mensagem que acompanhe o Projeto de Lei de alteração da legislação tributária discriminará os recursos esperados em decorrência da alteração da proposta.

§ 2º. Caso as alterações não sejam aprovadas, as despesas correspondentes, se contempladas na Lei do Orçamento Anual, terão suas realizações canceladas mediante decreto do Poder Executivo.

**VII - DAS DIRETRIZES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 33. As despesas com Pessoal Ativo e Inativo dos Poderes do Município, no exercício financeiro de 2014, observarão as normas e limites previstos nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal Nº. 101, de 2000.

Art. 34. Para fins de atendimento no disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizados as concessões de quaisquer vantagens, aumentos ou reajustes de remuneração, inclusive revisão de vencimentos e proventos em geral dos servidores, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras do quadro de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo e de suas entidades descentralizadas instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, desde que obedecidos o disposto nos artigos 19, 21, 22 e 23 da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 35. O cumprimento do disposto nos artigos 22 e 23 ficam condicionados à existência de dotação orçamentária específica para esse fim.

Parágrafo único. Na insuficiência de dotação orçamentária, poderão ser abertos créditos adicionais, mediante autorização legislativa, desde que comprovados a disponibilidade de recursos e a capacidade de pagamento do Tesouro Municipal.

Art. 36. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com o pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saravá s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3321.9600 - Ramal 218  
88 3321.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 37. O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo no limite da despesa com pessoal, independente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
- II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo se expresso em disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo ou categoria, extinta ou em fase de extinção.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a promover alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

## **VIII - DAS DIRETRIZES FINAIS**

Art. 39. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de caixa, e ainda, pela necessidade de priorizar outras despesas em detrimento daquelas que possam gerar acréscimos moratórios.

Art. 40. O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara dos Vereadores, para apreciação, até 31 de agosto do corrente ano e devolvido para sanção até o encerramento dos trabalhos legislativos do exercício.

Parágrafo único. Simultaneamente com o encaminhamento à sanção do Prefeito Municipal, do autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Poder Legislativo enviará cópia de todas as emendas para ele aprovadas para que sejam incorporadas

CNPJ 07.587.975/0001-07  
CNPJ 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo João Saraiva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - @amal 218  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

ao texto da lei e de seus anexos, quando não seja possível a inserção no Autógrafo elaborado pela Câmara Municipal.

Art. 41. Se o Projeto de Lei do Orçamento Anual não for aprovado até o término da sessão legislativa, a Câmara dos Vereadores será de imediato convocada, extraordinariamente, até que o Projeto de Lei seja encaminhado à sanção, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

Parágrafo único. Caso o Projeto de Lei do Orçamento Anual não seja encaminhado para sanção até o dia 31 de dezembro de 2013, fica o Poder Executivo autorizado a executar a Proposta Orçamentária para 2014, originalmente encaminhada ao Poder Legislativo, até a sanção da respectiva Lei do Orçamento Anual, limitando-se ao duodécimo as Despesas Correntes, respeitadas as despesas com pessoal, encargos sociais, serviços da dívida e despesas já contratadas.

Art. 42. O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD é parte integrante da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2014, especificando, para cada categoria de programação, no seu menor nível, os grupos de despesas e respectivos desdobramentos.

Parágrafo único. O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD será divulgado juntamente com a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 43. Sem prejuízo das competências constitucionais e legais, o Poder Legislativo, órgãos da Administração Pública Municipal e as unidades responsáveis pelos seus orçamentos ficam sujeitos às orientações normativas que vierem a ser adotadas pelo Poder Executivo.

Art. 44. O Poder Executivo poderá, durante o exercício de 2014, adotar medidas que visem a racionalizar e manter o equilíbrio na execução da Lei do Orçamento Anual.

Parágrafo único. Se houver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira será fixado percentual de limitação para o conjunto de outras despesas correntes e despesas de capital, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2014, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

CNPJ 07.587.975/0001-07 CGF 06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Sarinva s/n.º - Centro  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3321.9600 - Ramal 218  
88 3321.8969

E-Mail e Site Oficial  
gabinete@crato.ce.gov.br  
pprefeito.crato@hotmail.com



**Prefeitura do Crato/CE**  
**Palácio Alexandre Arraes**  
Gabinete do Prefeito

Art. 45. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, impresso e por meios eletrônicos, o Projeto da Lei Orçamentária Anual.

Art. 46. O Poder Executivo Municipal divulgará anualmente, através do seu portal eletrônico – [www.crato.ce.gov.br](http://www.crato.ce.gov.br) – os Projetos de Leis das Diretrizes Orçamentárias (LDO), do Plano Plurianual e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA).

Art. 47. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal, em 26 de junho de 2013.

**Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos.**  
**Prefeito Municipal do Crato/CE**



PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO**  
PALÁCIO JOSÉ VALDEVINO DE BRITO  
PLENÁRIO PAULO BEZERRA

Of. N° 725/2013-CMC

Crato – CE, em 25 de junho de 2013.

Senhor Prefeito,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para encaminhar na forma do artigo 204 do Regimento Interno desta Casa e do artigo 43 da Lei Orgânica do Município do Crato, o autógrafo n° 077/2013 referente ao Projeto de Lei n° 0904001 de 2013, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que **“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual para o exercício de 2014 e adota outras providências”**.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de nossa mais alta estima e elevada consideração.

**LUIS CARLOS DUARTE SOBREIRA SARAIVA**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**RONALDO SAMPAIO GOMES DE MATTOS**  
DD. Prefeito do Município do Crato  
Crato – CE

CNPJ  
05.619.754/0001-48

CGF  
06.920.352-0

Endereço:  
Palácio José Valdevino de Brito  
Rua Senador Pompeu, 468 Centro  
Crato – Ceará  
Cep. 63100-080

Contatos:  
88 3523.2749  
88 3523.2702

E-Mail e Site Oficial  
falecomacamara@camaracrato.ce.gov.br  
www.camaracrato.ce.gov.br

Presidente: Luis Carlos Duarte Sobreira Saraiva